



A CONDUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA PELO ENFOQUE MONETÁRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS¹

Robison Xavier Machado²

INTRODUÇÃO: A condução do Brasil pelo enfoque monetário do balanço de pagamentos voltada para o exterior é um problema, pois as políticas governamentais são elaboradas com vistas ao mercado externo deixando em segundo plano a preocupação com a economia doméstica, ou seja, o governo preocupa-se mais em controlar a taxa de juros de maneira que ela atraia capitais internacionais do que cuidar da demanda agregada. O controle da inflação também é uma preocupação, se por um lado é bom se ter uma inflação controlada, por outro esse controle acaba por frear o crescimento econômico, pois a taxa de juros elevada, que é o principal mecanismo usado no Brasil, dificulta os novos investimentos deixando a economia em estagnação. O déficit no balanço de pagamentos, nas contas de serviços e de capitais estão sendo neutralizadas por superávits na balança comercial. As exportações são incentivadas pelo governo mesmo que exista demanda interna ociosa. O renovado acesso aos mercados internacionais de capitais na década de 1990, iniciado principalmente durante o governo Collor, aumentou a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento do Brasil. Mas em consequência, a volatilidade desse capital de fácil acesso e o caráter pro cíclico das políticas macroeconômicas resulta em crises. A vulnerabilidade para com o setor externo aumenta e a dependência desse capital volátil torna-se um grande problema. A condução econômica passa não a frisar como primeira ordem o desenvolvimento endógeno da nação, a industrialização, o desenvolvimento tecnológico do país. Mas sim uma administração por fluxos financeiros, onde a manutenção deste capital especulativo dentro do país é a primeira ordem, para isso as políticas usadas são voltadas para o mercado externo e o país passa a ser governado pelo enfoque monetário do balanço de pagamentos.

MATERIAL E MÉTODOS: É explicitado com dados de bibliografia primária as quatro políticas macroeconômicas de condução do governo mostrando a ênfase ao mercado externo. É demonstrado através de dados - do Brasil de 1990 até 2006 - das quatro políticas explicitando a condução da macroeconomia brasileira pelo enfoque do balanço de pagamentos.

RESULTADOS: A política comercial que trata da relação das exportações e importações de bens e serviços tangíveis, conduzida para que seja superavitária voltada para a exportação e usa do saldo para importações especializadas que não visam atender a demanda interna do país. A política fiscal que é todo o recurso arrecadado redistribuído no país a fim de atender bem estar comum da sociedade, mas o que está acontecendo é que as exigências dos organismos internacionais - que controlam as economias - são de restringir os gastos com consumo a fim de se ter um superávit nas contas internas. A política cambial que relaciona o câmbio nacional com o internacional se direciona ao contexto externo num câmbio que facilite as exportações e geração de reservas. A política monetária entra proporcionando uma taxa de juros que atraia os capitais internacionais para o país e também no controle da inflação.

CONCLUSÕES: O Brasil hoje, é conduzido pelo enfoque monetário do balanço de pagamentos. Uma condução específica do balanço de pagamentos adotado pelos Estados Unidos nos anos 80. Esse modelo foi uma estratégia para tentar superar



a crise em que se encontravam que sintetizado foi imposto ao Brasil a partir do Consenso de Washington, no final do ano de 1989. Neste momento o Brasil passava por uma crise econômica onde se tinha elevados índices de inflação e recessão econômica, entre outros problemas desta ordem. Devido a essa crise o Brasil necessitava de capital, e buscou-o junto ao FMI. Para ter acesso ao capital que o FMI dispunha, o Brasil teve de se comprometer de iniciar um processo de reestruturação da economia. Mudando toda estrutura até então existente no país. Com a condução econômica pelo enfoque monetário do balanço de pagamentos no Brasil passou a não visar à economia doméstica como prioridade, mas sim dar ênfase ao mercado externo. As exigências conduziram a modificações nos instrumentos de condução econômica. Na política fiscal, a necessidade de se buscar um superávit nas contas do governo, foi buscado ao longo da década de 90, mas, o superávit foi alcançado apenas em 2003, a custo de políticas de corte de gastos e criação de leis que controle e dificulte a aplicação dos recursos do governo. Na política cambial em 2003 o governo buscou dar maior liberdade de movimentação de capitais. O câmbio brasileiro hoje está desvalorizado frente ao dólar tornando os produtos nacionais competitivos ao comércio internacional. Na política comercial, os superávits começaram a se concretizar nos anos posteriores a troca de regime cambial de fixo para flutuante, desde então os superávits só têm aumentado, garantido assim as obrigações com a dívida externa do Brasil com o Fundo. Na política monetária, uma política contracionista da base monetária, vem marcando a condução econômica, com altas taxas de juros para manter a inflação controlada. Mesmo que a economia entre em recessão o controle da inflação é o principal objetivo do governo manipulando a variável taxa de juros.

¹ Trabalho de Iniciação Científica

² Aluno do Curso de Direito da UNIJUÍ, Bacharel em Economia.